

Novo governo aceita a renegociação anterior

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério da Fazenda considera que a renegociação da dívida externa está praticamente concluída, em condições aceitáveis, sendo a acertada com os bancos credores pela equipe econômica do governo João Figueiredo. A preocupação imediata do ministro Francisco Dornelles é discutir o novo programa econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em bases realistas, para que o País possa efetivamente cumprir os compromissos assumidos. Depois, assina o acordo com os bancos.

A retórica dos principais assessores do Ministério da Fazenda mudou repentinamente com relação à negociação da dívida externa. A princípio, falavam que a nova negociação partia do ponto zero, com o governo brasileiro interessado em fazer mudanças substanciais no acordo. Porém, nos primeiros contatos do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, os banqueiros credores demonstraram que não há muito espaço para alterações.

Na sexta-feira, quando já circulava a informação de que Sérgio de Freitas estava demitido da diretoria da Área Externa do Banco Central, um categorizado assessor de Dornelles apressou-se a dizer que, em essência, o acordo com os bancos deixado pela equipe econômica do general Figueiredo é bom, e só serão propostas algumas pequenas alterações.

Por exemplo: O Brasil tentará evitar que seja incluída uma cláusula contratual, segundo a qual o FMI fará fiscalização intensificada da economia brasileira, que significa uma auditoria semestral das contas do País pelos próximos anos. Essa cláusula foi incluída nas negociações dos bancos credores com México e Venezuela, no refinanciamento plurianual da dívida.

Isso, porém, não significa muita coisa. O importante é que os bancos credores insistem em não emprestar dinheiro novo ao Brasil pelos próximos anos. E, pelo menos para este ano, o governo brasileiro já aceita essa restrição, ainda que os resultados do comércio exterior demonstrem que o saldo comercial será bem aquém à conta de juros, estimada em US\$ 11 bilhões.

EXPECTATIVA

Entre assessores da Fazenda, e também entre empresários com largo trânsito na comunidade financeira internacional, como Ângelo Calmon de Sá e Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, persiste a expectativa em torno de uma rolagem automática da dívida brasileira a vencer até o final deste ano. No entanto, a renegociação deixada por Delfim e Galvães abrange a dívida a vencer entre 1985 e 1991.

Depois do dia 8 de maio, quando comparecer ao Congresso para deflagrar um debate nacional sobre a economia, o ministro Dornelles acertará sua primeira viagem aos EUA, para manter contatos com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o presidente do Federal Reserve, Paul Volker, e banqueiros credores. Dornelles quer ir respaldado pelos congressistas. E seu secretário-geral, Sebastião Vidal, assinala que o Congresso será ouvido sobre todos os compromissos que o País assumir com o FMI e os bancos.

A principal preocupação da Fazenda é fazer um programa econômico com o FMI que possa ser efetivamente cumprido. Até agora, em dois anos de programa, o Brasil pediu waiver (perdão) sete vezes. O ex-ministro Ernane Galvães admitia que todas as projeções com o FMI "eram por baixo", ou seja, pouco realistas.